



Anuário Antropológico

I | 2016
2015/I

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher*

Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens. Recife: Novas Edições Acadêmicas. 258 pp.

Juliana Melo



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/2048>

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Data de publicação: 1 julho 2016

Paginação: 309-312

ISSN: 0102-4302

Refêrencia eletrónica

Juliana Melo, « RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher* », *Anuário Antropológico* [Online], I | 2016, posto online no dia 07 junho 2018, consultado no dia 23 setembro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/aa/2048>

Este documento foi criado de forma automática no dia 23 setembro 2019.

© Anuário Antropológico

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher*

Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens. Recife: Novas Edições Acadêmicas. 258 pp.

Juliana Melo

REFERÊNCIA

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Luciana Maria. 2014. *Crime é coisa de mulher: identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens*. Recife: Novas Edições Acadêmicas. 258 pp.

- 1 Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) divulgados em 2013, nos últimos doze anos houve um aumento expressivo das taxas de encarceramento no Brasil: 130 % para os homens e 257 % para as mulheres. Além do fortalecimento de uma política punitiva, os números indicam o aumento significativo do aprisionamento feminino. Estamos diante, portanto, de uma realidade desafiadora. No entanto, a relação entre mulheres e criminalidade ainda é tema de pouca visibilidade acadêmica e costuma ser compreendida de forma reducionista.
- 2 Diante desse quadro, o livro de Ribeiro de Oliveira apresenta-se como uma leitura de fundamental importância. A pesquisa aborda uma realidade sobre a qual temos poucos registros e trata de tema de relevância social. Fundamenta-se em uma boa etnografia e aborda o duplo contexto de mulheres entre 17 e 29 anos inseridas tanto na Colônia Penal Feminina de Recife como no Serviço de Proteção a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade de Recife, Pernambuco. Aliás, se o contexto é o de Recife, os dados permitem pensar a realidade nacional e ampliar o debate sobre mulheres, criminalidade e lideranças juvenis. Entre outras qualidades, traz questões relevantes para pensar o ofício antropológico e seus limites em contextos de violência, medo e vigilância.

- 3 A título de introdução, a autora mostra como o debate sobre a violência tem um conteúdo sexista, no qual se costuma creditar às mulheres uma natureza dócil, passiva e maternal, o que as tornaria “menos tendentes” às atividades criminais, especialmente aquelas envolvendo violência física. Quando o fazem, costumam ser “vítimas” de uma situação, sendo “levadas” para o crime seja por seus “estados hormonais”, seja por seus companheiros, quase sempre na condição de não liderança (pois têm limitada capacidade de agência e planejamento estratégico).
- 4 Se esses discursos remetem ao século XIX e à Escola de Criminologia Italiana, os estudos etnográficos demonstram a continuidade desse imaginário social a despeito de uma realidade social mais complexa. Como demonstram seus dados, existem mulheres envolvidas nas mais diversas atividades, entre elas, as criminais. Ao focar o contexto feminino e dar sentido às práticas realizadas por suas informantes na condição de lideranças, evidencia-se que, ao contrário de mulheres dominadas por homens ou transformadas em seres amorais por suas escolhas, algumas se percebem como “jovens empreendedoras” em negócios que envolvem estratégia, coragem, adrenalina, “sangue quente” e inserção social. Se elas se sentem fragilizadas em certos momentos (como todos os seres humanos), tampouco se percebem como delicadas e frágeis, mas, antes, como transgressoras de uma ordem. Assim, podem “matar como homens” e até superá-los em termos de estratégia e discrição.
- 5 Ao nos convidar a pensar sobre essas questões, Ribeiro de Oliveira adota uma perspectiva teórica em que a identidade é vista como fluida e contextual, cabendo diferentes construções de gênero, percepções de criminalidade e liderança (três conceitos-chave em sua pesquisa). Nesse sentido, aponta que precisamos prescindir de modelos binários, que separam as mulheres dos homens, o lícito e o ilícito, o crime e a justiça, e pensar nas tensões e nas relações de continuidade e descontinuidade que marcam essas dimensões. Desse modo, assim como a identidade de gênero é construída de diferentes maneiras por meio das interações sociais, a criminalidade não pode ser compreendida como uma tarefa inata a uma pessoa (seja ela homem ou mulher), mas antes como uma “potência” adquirida e atuada, que depende de escolhas pessoais. Ser líder, por sua vez, dependerá de habilidades particulares, que serão testadas a cada evento (a liderança é sempre relacional e contextual).
- 6 Ao apresentar o perfil de suas interlocutoras, a autora mostra que a maior parte das mulheres cometeu pequenos furtos (em geral com companheiros e sob a liderança deles), atuou no tráfico de entorpecentes (quase sempre em condições subalternas e portando pequenas quantidades de droga), ou esteve envolvida em agressões a companheiros motivadas por ciúme ou desencadeadas por processos de violência doméstica. No entanto, há também mulheres que transcendem esses limites e estão envolvidas em assaltos de grande porte, com uso de armas de fogo, formando quadrilhas e ocupando posição de liderança. É preciso, portanto, entender como elas atribuem significado a suas práticas, o que não implica fazer apologia ao crime ou simplesmente justificar seus atos.
- 7 À luz do interacionismo simbólico, a autora analisa o sentido do crime para suas interlocutoras (jovens presas e em liberdade assistida) e analisa suas performances e narrativas discursivas. Além de participar de situações de convívio, conduz entrevistas em encontros individuais e coletivos, prática que foi útil para perceber as hierarquias e as posições de liderança, tema de seu interesse. Entre sentimentos, adversidades, aspectos éticos e morais, a autora preocupa-se em manter o anonimato das

informantes, não prejudicá-las em termos legais e evitar “caricaturá-las” como vítimas ou como anomalias sociais.

- 8 Cabe notar ainda o cuidado com a delimitação teórica da pesquisa. Assim, é importante diferenciar as noções de crime e violência, bem como tratar do conceito de vitimização prisional, relevante para entender as performances e contextualizar o lugar de fala de suas interlocutoras. Além de mostrar que as ideias de crime e justiça podem assumir diferentes significações, Ribeiro de Oliveira desconstrói uma visão exotizada e simplista sobre o crime, entendendo-o como um acontecimento social sujeito a formas de compreensão social (e legal) e dependente de todo um processo de interpretação oficial e reconhecimento do Estado. Outrossim, vê o desvio e a criminalidade não como uma qualidade inata, mas como uma etiqueta atribuída a determinadas pessoas através de processos de seleção social baseados em estereótipos pré-concebidos. A autora propõe-se, portanto, a uma abordagem relacional e dá atenção ao duplo encontro entre pessoas criminosas e não criminosas e à interpenetração entre regras morais, religiosas e legais na análise de práticas e performances criminais (e jurídicas), especialmente quando relacionadas às mulheres.
- 9 Nesse exercício, a pesquisadora estabelece um diálogo honesto com suas interlocutoras e transforma-se em “pessoa de consideração”. Entre os dados apresentados, mostra como as questões de classe, idade e situação judicial devem ser consideradas em uma antropologia do crime. Evidencia ainda como, ao relatar suas práticas e trajetórias, as mulheres estão construindo “fábulas”, no sentido proposto por Mariza Côrrea na obra *Os crimes da paixão*. São fábulas nas quais falam de si e ressignificam suas próprias histórias. Assim sendo, se entre os fatos mais frisados está a saudade dos filhos, o fato de poder provê-los parece compensar a saudade e a ausência. Se são vaidosas e gostam de se maquiar, consideram-se também fortes e poderosas, mostrando como não há espaço para a mulher “coitadinha” ou triste nos lugares onde se encontram.
- 10 Para as lideranças, particularmente, estamos diante de uma carreira que envolve escolhas, riscos e habilidades específicas. Por meio do crime, elas afirmam transgredir certa ordem (individual, social, simbólica) e se percebem como espertas, ambiciosas, capazes até mesmo de aguentar a violência física e ter o corpo marcado por cicatrizes adquiridas na prática de ilícitos e em contextos de privação de liberdade. Nessa construção de si mesmas como mulheres e lideranças criminosas, não estão simplesmente negando velhas concepções sobre o que é ser feminino, mas produzindo novas feminilidades por meio de um processo de intensa negociação entre velhas e novas vozes sociais, demarcadas pelas transformações da atual vida social e familiar brasileira.
- 11 Desse modo, a pesquisa evidencia como devemos entender os sentidos de crime e justiça em termos mais amplos. Crime pode sim ser “coisa de mulher” e envolver aspectos como poder, prestígio, honra, prazer e reconhecimento, bem como pode ser um meio para garantir uma melhor qualidade de vida para si e para os seus (geralmente parentes e amigos próximos). Por outro lado, ao escolher essa trajetória, mulheres criminosas estão contribuindo para construir uma nova feminilidade, à qual agregam aspectos de uma identidade tradicional de gênero, mas também se opõem a algumas dessas concepções. Assim, se a maternidade e o cuidado estético com o corpo continuam sendo valores importantes, isso não impede que “matem como homens” ou que liderem quadrilhas (as quais nunca “empregam” outras mulheres, um dado bastante significativo que merece maior reflexão).

AUTORES

JULIANA MELO

UFRN